

# NOVOS RUMOS

ANO V — Rio, semana de 11 a 17 de outubro de 1963 — N.º 242

# Solidariedade ao Povo Cubano

O ciclone «Flora», entre outros países do Caribe, açoitou a ilha de Cuba. Deixou atrás de si um rastro de mortes e destruição. Os prejuízos que provocou foram incalculáveis, atingindo notadamente as plantações de arroz, milho, café, cana-de-açúcar e as frutas. Dizimou também parte do seu rebanho.

A catástrofe que agora atinge o bravo povo cubano, devemos responder com a nossa solidariedade. NR, através de suas páginas, faz um apelo ao

povo brasileiro para que, mais uma vez, demonstre o calor dos seus sentimentos humanos e seu carinho para com o povo cubano, organizando uma grande campanha de solidariedade e ajuda, notadamente objetivando enviar medicamentos, antibióticos, leite em pó e alimentos enlatados.

Os donativos podem ser enviados, inicialmente, durante todo o dia, ao escritório comercial de Cuba, à Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1229, sala 203, Copacabana — Guanabara.

## Os Comunistas se Dirigem à Nação

# Por um Novo Governo Capaz de Adotar Soluções Imediatas em Favor do Povo

## Suposto Atentado Alimenta Golpistas

O suposto atentado à vida do conspirador Carlos Lacerda está sendo utilizado como o elemento que faltava para a tentativa de restaurar-se, hoje, a farsa gerada «república do Galeão», onde se preparou, em sua última fase, o golpe de 1954, que resultou na morte do Presidente Getúlio Vargas.

Na Câmara, sucedem-se os discursos de golpistas invejados como Allomar Balseiro e Amador Neto. Uma comissão parlamentar de inquérito está sendo providenciada pelos conspiradores, com o objetivo de criar o clima emocional semelhante ao que ficou conhecido como «mar de lama» no golpe de agosto. «O Estado de São Paulo» dirige-se abertamente aos círculos militares da reação, apontando-lhes sem qualquer evasiva o caminho da quartelada. E «O Globo» dedica praticamente a sua edição de quarta-feira à exploração sensacionalista do suposto atentado, em manchete, submanchete, editorial, matérias em páginas internas, num fogo cerrado que não admite dúvidas quanto aos propósitos golpistas.

O escândalo que se está armando em torno do alegado episódio é mais um motivo de alerta para as forças democráticas. Mas é, sobretudo, uma advertência ao sr. João Goulart, mostrando-lhe que só firmemente apoiado no povo pode o governo fazer frente à conspiração e esmagá-la.

## Trabalhadores em Carris: Greve de Solidariedade na Light e Cia. de Gás

A greve dos trabalhadores em carris, demitidos em virtude de medidas adotadas pelo governo Lacerda, continuava ontem. Reforçada, pois os trabalhadores da Light e da Cia. de Gás paralisaram uma parte dos serviços daquelas empresas, em solidariedade aos primeiros. A greve pode se estender se não terminar o jogo de empurra entre os governos federal e estadual, que só está prejudicando cada vez mais a situação dos demitidos. A solidariedade, se a questão não for resolvida, pode crescer: PUA, CPOS e CGT deverão adotar medidas a esse respeito. Reportagem na 2.ª página.

## Repulsa Aos Chacinadores de Ipatinga: Trabalhadores Exigem Punição Rigorosa

Estão identificados os bandidos que metralharam barbaramente os trabalhadores da USIMINAS, que, pacificamente, protestavam contra a prisão injustificada de companheiros seus. O acontecimento, que provocou comoção e revolta em todo o País, determinou a mobilização total dos trabalhadores mineiros, com a solidariedade das organizações sindicais de todo o Brasil. Desde os primeiros momentos passaram a exigir através de manifestações, atos e greves a rigorosa punição para os assassinos. Diante da onda de protestos levantada, o governador determinou a remoção dos responsáveis para Belo Horizonte e enviou a Ipatinga representantes do Governo para dar explicações aos trabalhadores. Reportagem na 3.ª página.

1 — As forças nacionalistas e democráticas, derrotando a tentativa de implantação do estado de sítio, alcançaram importante vitória política. Os fatos revelaram que a unidade da frente única atingiu um nível mais alto e que sua amplitude é maior, crescendo, conseqüentemente, sua influência na vida do País. Sua participação no desenrolar da crise foi decisiva e a vitória alcançada cria condições para que o movimento patriótico e democrático, estreitando mais ainda sua unidade, tornando-se ainda mais amplo, coordenando com empenho sua atividade, avance e conquiste novos êxitos.

Os recentes acontecimentos também confirmaram o fracasso da política que vem sendo seguida pelo Governo, de conciliação com as forças interessadas, em que o País continua espoliado pelos monopólios imperialistas e espoliado pelo latifúndio. Não se pode esperar que o atual governo, em nome de um compromisso nacional, possa apoiar tanto os grupos ultra-reacionários e antinacionais, como as forças populares e os trabalhadores. Estas fórmulas, ficou claro, só podem conduzir ao isolamento dos seus manipuladores e eriam uma ameaça real de fortalecimento da reação.

Recrudescem, a olhos vistos, a conspiração entreguista, tendo à frente o bando dos traidores Lacerda e Ademar. Torna-se necessário que as forças populares não apenas mantenham acesa sua vigilância, mas intensifiquem sua ação contra a minoria entreguista, exigindo do Governo medidas firmes e energicas capazes de esmagar sua criminoso atividade. Essas medidas, entretanto, só serão realmente efetivas se baseadas em soluções populares para os problemas colocados diante da Nação.

2 — Retirado o pedido de decretação do estado de sítio, nenhum problema de fundo foi resolvido e continuam a atuar os fatores que levam ao aguçamento da crise. Os fatos mostram a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que de solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base. Um governo como o atual, que se baseia no compromisso com a cúpula retrógrada do PSD e com outras forças reacionárias, não realizará essa política. Impõe-se, portanto, uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual Governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.

3 — Os comunistas reafirmam sua opinião de que se torna cada vez mais imperiosa a necessidade de imprimir um novo curso ao desenvolvimento econômico e político do País. Manifestam sua decisão de lutar com vigor redobrado, junto às demais forças patrióticas e à frente das massas, pela realização das reformas de estrutura, que golpeiem o domínio imperialista e a exploração latifundiária, e por um governo nacionalista e democrático. Consideram igualmente necessário impulsionar as lutas em defesa das liberdades públicas e dos direitos sindicais, pela revogação do § 16 do art. 141 da Constituição, pelo direito de voto aos soldados e analfabetos pela elegibilidade dos sargentos, pela defesa dos mandatos populares e pela posse dos eleitos, pela revogação da Lei de Segurança e pela democratização da Lei Eleitoral, pelo registro do Partido Comunista Brasileiro.

O governo do sr. João Goulart manifesta-se repetidamente favorável às reformas de base, mas não faz no sentido de medidas concretas e efetivas. Alega o Poder Executivo que a maioria reacionária do Congresso Nacional é um obstáculo intransponível à realização de tais reformas. Na realidade, são os representantes dos interesses antinacionais e dos setores privilegiados, tanto no Poder Legislativo como no Executivo e no Judiciário, que sabotam, prelelam e travam as mudanças prementes que o País reclama.

A crise política em desenvolvimento demonstra, porém, que já não é possível retardar a adoção de soluções. O povo brasileiro exige a formação de um

governo que inicie a aplicação de medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento. Estas medidas não excluem a luta por soluções mais profundas, pelas reformas de base, constituindo um passo inicial no sentido de sua concretização. São providências que podem ser realizadas desde já, por um Poder Executivo que se disponha realmente a servir ao povo, enquanto se trava a luta pelas modificações constitucionais que permitam a plena execução das reformas de base.

No terreno da luta contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades que o País enfrenta no setor do comércio exterior e do câmbio, devem ser adotadas imediatamente medidas como a declaração de moratória para a dívida externa, até que seja possível saldá-la sem afetar o desenvolvimento do País; o monopólio de câmbio pelo Governo, acompanhado de uma política liberalizadora da remessa de recursos para o exterior; a anulação do compromisso de compra do empréstimo da Bond & Share e providências para a encampação das concessionárias de acordo com as leis brasileiras; a intensificação do comércio com os países que negociam à base de convênios bilaterais, a fim de evitar o endividamento na área do dólar; a ampliação do monopólio estatal do petróleo, mediante a encampação da refinaria de Capuava, o monopólio da importação de óleo cru e derivados e a entrega à Petrobras da distribuição de todos os seus produtos.

A fim de iniciar a aplicação de medidas concretas contra o latifúndio, melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vida das massas rurais, devem ser tomadas providências como a concentração em um só fundo de todos os recursos financeiros concedidos aos estabelecimentos agropecuários, destinando-se pelo menos 75% do montante desses recursos aos estabelecimentos de área inferior a 100 hectares que se dediquem à produção de gêneros alimentícios destinados à subsistência da população; supressão de todas as vantagens administrativas, econômicas ou financeiras para os estabelecimentos de qualquer dimensão que cobrem taxa de arrendamento superior a 20% do valor do produto, ou que não estejam cumprindo rigorosamente as leis que amparam o trabalhador rural; medidas oficiais que possibilitem aos camponeses sem terra a ocupação e o cultivo de áreas das propriedades latifundiárias; mobilização de todos os meios de propaganda e recursos governamentais a fim de exigir do Congresso a aprovação imediata de uma emenda constitucional que permita a reforma agrária com o pagamento das indenizações em títulos.

Com o objetivo de salvaguardar os interesses das massas consumidoras contra a ação dos grandes intermediários no terreno do abastecimento e dos preços, é necessário adotar medidas rigorosas contra a sonegação dos gêneros alimentícios, inclusive a confiscação dos estoques e sua distribuição direta ao comércio varejista; nacionalização, pelo custo histórico, dos moinhos, dos frigoríficos, das fábricas de leite em pó e da indústria farmacêutica estrangeira.

Para atenuar a situação aflitiva em que se encontram as massas trabalhadoras, vítimas da brutal elevação do custo de vida, impõe-se o reajustamento geral dos salários, o rezonamento e a fixação imediata de novos níveis do salário-mínimo.

O povo brasileiro exige também a libertação imediata dos graduados e praças das Forças Armadas presos em consequência do protesto de Brasília; a abolição das medidas discriminatórias adotadas contra os sargentos; a revogação do decreto 9.070 que ameaça o direito de greve.

4 — Existem todas as condições favoráveis a novos êxitos das forças ant imperialistas e democráticas. A unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um governo nacionalista e democrático, que realize as medidas reclamadas pelos interesses da Nação.

## Câmara Defende Latifúndio

A Câmara decidiu derrotar o projeto do PTB de reforma da Constituição para possibilitar a realização da reforma agrária por via legislativa. A emenda consistiu em retirar do texto constitucional a obrigatoriedade do pagamento em dinheiro e segundo o chamado «justo preço» nas desapropriações feitas por interesse social. Essa, como se sabe, é uma condição prévia para que possam ser feitas, em ampla escala, as expropriações das terras do País, as desapropriações dos latifúndios e a posterior distribuição das terras entre os camponeses.

A maioria reacionária da Câmara, ao rejeitar a emenda, tomou posição ostensiva contra a reforma agrária por via legislativa. Funcionou o rôlo compressor da bancada de latifundiários, defendendo a intocabilidade do monopólio da terra, o atraso secular de nossa agricultura, a tremenda miséria de milhões de famílias camponesas, a crise crônica de abastecimento de gêneros alimentícios e, de outro lado, o parasitismo e o fausto em que vivem a minoria de barões feudais e seus «leões de chácara».

Isso, naturalmente, está longe de significar um fato consumado para as forças democráticas. Ao contrário, a decisão dos gorilas da Câmara mostra que é indispensável redobrar a luta pela reforma agrária e demais reformas de base, dentro e fora do Parlamento. No que se refere especialmente às massas camponesas, mostra que a conquista efetiva da reforma agrária depende fundamentalmente de suas próprias iniciativas, de suas ações unidas e organizadas pela posse da terra, do reforçamento de seus sindicatos e suas ligas. A intensificação dessa luta, no interior de todo o País, é uma das mais importantes e urgentes tarefas das massas camponesas e todas as forças democráticas.

## “Ajuda” é Instrumento Imperialista

Em declarações prestadas nos Estados Unidos, o sr. David Bell, diretor da Agência Internacional do Desenvolvimento, declarou com todas as letras que a política norte-americana de «ajuda» à América Latina é o novo processo usado por Washington para intervir nos países do Continente, uma vez que, segundo ele reconhece, não é mais possível aplicar a «diplomacia dos fuzileiros». Leia na Nota Econômica, 3.ª página).

## Truste Canadense Quer Dominar Mercado Brasileiro de Alumínio

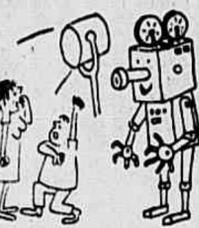
O grupo canadense ALCAN, subsidiário da ALCOA, que esmagou a Eletro Química Brasileira, em Saranenha, Ouro Preto, no fim da Segunda Guerra Mundial, está instalando em Poços de Caldas uma fábrica de alumínio. O empreendimento, feito em associação com a Hanna, visa controlar o mercado ainda dependente de importação, e impedir a instalação de novas indústrias do alumínio com capital brasileiro. Reportagem na 6.ª página.





ESTÚDIO MODERNO

Foi inaugurado na cidade de Sofia, capital da Bulgária, um grande estúdio cinematográfico...



DESENVOLVIMENTO

Em 30 dias, produz-se atualmente na República Popular da Coreia, o mesmo que se produzia em 1944...

TELECOMANDO

A implantação do progresso técnico na indústria petrolífera rumena adquiriu maior amplitude no atual plano sexenal (1960-1965)...

CULTURA RADIOATIVA

Nas águas do manancial existente nas proximidades da cidade ucraniana de Kmelnik...

SAÚDE NA RDA

Nos primeiros seis meses do ano de 1963, o número de doentes na República Democrática Alemã foi o mais baixo dos últimos sete anos...

RECONSTRUÇÃO

Realizam-se em toda a Polónia intensos trabalhos de reconstrução e conservação dos monumentos históricos...

PRÉ-FABRICADOS

Um novo elemento para a construção de pré-fabricados foi elaborado por um grupo de engenheiros e operários...

Povo da Venezuela em Luta Contra Ditadura Betancourt

Recrudescer a violência na Venezuela, fruto dos atos governamentais atentatórios às liberdades populares...

Violência contra os deputados e senadores presos em breve postos diante de tribunais militares...

CONTRA VIOLÊNCIA

Há três anos vem sendo a Venezuela sacudida por movimentos de extrema violência...

O início das violências partiu do próprio governo, que impotente diante do descontentamento popular...

de outras naturezas marcaram a réplica ao sangüinário governo de Betancourt.

A tal ponto, que os círculos dominantes, agora atingidos em seus interesses, apelaram para a pacificação...

DITADURA

O governo de Betancourt, fantasiado de democrata por seus defensores da "democracia representativa"...

Os direitos assinalados na Declaração Universal dos Direitos do Homem são violados a cada instante pelo governo...

CAMINHO DA PACIFICAÇÃO

As forças democráticas e populares não interessa a continuação de tal clima. Lutam, por isso, também pela pacificação...

humanos, com respeito plenos à Constituição para todos;

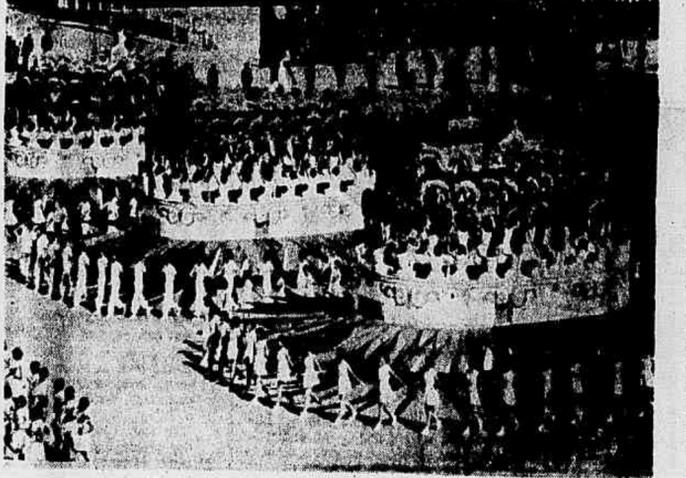
- ampla anistia para todos os presos civis e militares;
- cessação da violência oficial, acabando-se de vez com as torturas e as incomunicabilidades;
- contra o seqüestro e prisão de parlamentares;
- reabilitação jurídica do PCV e do MIR...

FRENTE UNIDA

O problema venezuelano, em toda sua dramaticidade, expressa fundamentalmente nas violências citadas...

Prova recente disso, da descarrada ingerência norte-americana nos negócios internos da Venezuela...

Por isso, também na Venezuela, o centro da luta das forças patrióticas e democráticas é a constituição de uma poderosa frente unida...



nr internacional

A crise na América Latina

Não há mais dúvida que, na América Latina, a tão decantada democracia representativa está em crise...

Essa efervescência social tem sido então o pretexto para os gorilas militares e civis dos países latino-americanos...

Os últimos acontecimentos da República Dominicana e depois de Honduras provam com toda a clareza o fracasso da Aliança para o Progresso...

Mas quando os governos, mesmo vacilantes e reacionários, esboçam uma tênue resistência aos seus desejos...

Programa que dizia visar à solução dos graves problemas em que se debatem os povos latino-americanos...

Em Honduras, centenas de mortes já foram assinaladas. E a luta prossegue, já agora claramente com a ajuda militar da "grande democracia" guatemalteca...



PPS

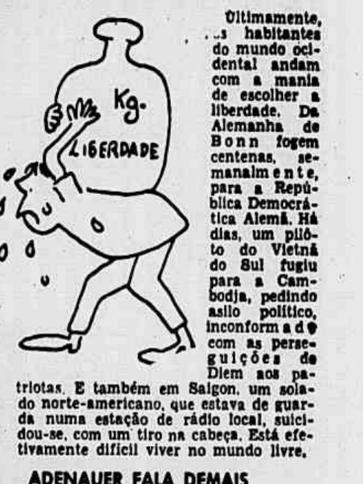
- revista teórica de estudos marxistas e de informações internacionais;
- Os comunistas e a democracia;
- essa contribuição interessa aos políticos nacionalistas...

Revolução chinesa faz 14 anos

A 1º de outubro comemora-se uma das datas de maior relevo na história da humanidade. Há 14 anos, um país marcado pela mais dolorosa miséria...

oeste

CABEÇA-DE-PONTE Portugal afinal confessa que parte do território de Angola está ocupado pelas forças de libertação...



Adenauer anda falando muito. Vai deixar a chancelaria de Bonn e quer aproveitar o tempo. Na última semana...

OS DOIS NUS

A sra. Nhu faz lembrar muito um certo governador. Anda falando com bastante frequência à imprensa norte-americana...

ONDE ESTÁ O MURO

Novas restrições estão sendo impostas aos jovens norte-americanos que tiveram a ousadia de visitar Cuba...

NÃO EMBARCO NESSA

Anda às turras, nos Estados Unidos, o Tribunal Federal de Comércio e a NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço)...

LIVRE EMPRESA

Centos e cinquenta mineiros franceses estão há vários dias vivendo no fundo de uma mina de Vermelho...



# Truste Canadense do Alumínio Prejudica Capital Nacional em Poços de Caldas

Texto e fotos de Vicente de Abreu

## ALCAN Divide Com Grupo Paulista Produção Brasileira de Alumínio

Apenas duas empresas fabricam hoje alumínio primário no Brasil: a Alumínio Minas Gerais, do grupo ALCOA, e a Companhia Brasileira de Alumínio, do grupo Votorantim. A primeira está localizada em Saramenha, Ouro Preto, Minas Gerais, sob controle canadense desde 1950; a segunda, instalada em Sorocaba, São Paulo, foi inaugurada em 1955, por iniciativa do sr. José Ermirio de Moraes. Ambas dominam também o setor de transformação de produtos acabados para o consumo.

A Aluminas possui mineração, fábrica de alumina e fábrica de alumínio primário em Saramenha,

enviando para a Alumínio do Brasil, sua associada em São Paulo, o metal em lingotes, que é transformado ali em todo gênero de produtos. A fábrica da Companhia Brasileira de Alumínio de Sorocaba é integrada, só importando a bauxita de Minas, com a qual obtém o metal primário e o transforma em produtos acabados.

### PRODUÇÃO

A soma da produção de alumínio da Aluminas e da CBA corresponde à produção total brasileira. Em 1962, a produção nacional de alumínio foi de 35.400 toneladas, sendo

necessária a importação de 11.600 toneladas do metal para suprir o consumo.

No mesmo ano, a Aluminas produziu 13.400 toneladas e a CBA 22 mil, e o consumo nacional subiu para 46.900. É o «deficit» existente, coberto pela importação e pela ampliação gradativa das duas usinas, que a fábrica que a ALCOA instala agora em Poços de Caldas visa cobrir, quebrando o equilíbrio entre as duas empresas e passando a dominar o mercado consumidor brasileiro, além de suprimir as condições para a implantação de indústrias novas de alumínio no Brasil.

Depois de aplicar um «dumping», logo depois de terminada a Segunda Guerra Mundial, contra a Eletro Química Brasileira, que em 1945 havia feito a primeira corrida de alumínio primário no Brasil, obrigando o falecido engenheiro Américo René Giannetti a desistir de sua iniciativa pioneira em Ouro Preto, o grupo canadense ALCAN, que faz parte do consórcio ALCOA e que adquiriu o controle da empresa de Saramenha, sob o nome de Alumínio Minas Gerais, iniciou a instalação de outra fábrica de alumínio, associada à Hanna e à Byington, em Poços de Caldas, onde estão as maiores reservas brasileiras conhecidas de bauxita, visando suprir o mercado consumidor brasileiro, ainda dependente da importação.

A ALCOA, que divide com o grupo Votorantim, do sr. José Ermirio de Moraes, a produção de alumínio no Brasil, pretende agora o domínio do mercado brasileiro, fornecendo o metal primário fabricado em Saramenha e Poços de Caldas à Alumínio do Brasil, indústria de transformação que tem em Utinga, São Paulo, e impedindo ainda a instalação, feita por grupos brasileiros, naquela região e no município do Sêro, de novas indústrias de alumínio.

## ALUMINAS Nasceu de um «Dumping» Contra Giannetti em Saramenha

A Aluminas instalou-se em Minas através de um «dumping», aplicado contra a Eletro Química Brasileira, fundada pelo falecido engenheiro Américo René Giannetti, que foi também prefeito de Belo Horizonte. Giannetti instalou a fábrica em Saramenha, Ouro Preto, devido a ocorrência ali de reservas consideráveis de bauxita. De 2.500 toneladas nominais de capacidade de produção, a instalação da fábrica foi possível quando ocorreu a escassez do metal no mercado internacional, devido a Segunda Guerra Mundial. A primeira corrida deu-se em março de 1945 e já em 1947 a fábrica estava fechada, depois de ter produzido, em dois anos de funcionamento, cerca de 800 toneladas de alumínio. Através de regalias conseguidas da SUMOC, o grupo canadense abarrotou o mercado brasileiro de alumínio, oferecendo o metal a preços bastante inferiores aos que a Eletro Química Brasileira estava em condições de oferecer. Foi o fim.

Desde 1950, o fábrica de Saramenha pertence ao grupo canadense, sob o nome de Alumínio Minas Gerais — Aluminas.

### EXPORTAÇÃO PARA SÃO PAULO

A Aluminas utiliza, para fabricação do alumínio, o processo da eletrólise, que compreende os estágios: extração da bauxita, em quatro minas perto de Ouro Preto; preparação da alumina; sua redução eletrolítica, ou transformação em alumínio. Este, é transferido, em lingotes, para a fábrica, subsidiária, em Utinga, São Paulo, onde é transformado em produtos de consumo. Várias vezes já, a empresa foi convocada a instalar em Minas uma indústria de transformação mas, sob a alegação de que 80 por cento do mercado consumidor brasileiro está em São Paulo, vem fugindo à implantação da manufatura total do alumínio no Estado, o que traria consideráveis rendimentos para o povo e o governo mineiro.

### PLANOS DE EXPANSÃO

A Aluminas tem instaladas, na chamada Redução I, 44 células, de 25/28 mil amperes, com capacidade nominal

de 2.500 toneladas por ano, e na Redução II 80 fornos de 53 mil amperes, com capacidade nominal de 10.900 toneladas por ano. Seus planos de expansão prevêm, para este ano e 1964, a montagem de mais 40 fornos na Redução II, cujas instalações terão, no final, 120 fornos, com 53.000 amperes, e produção anual de 16.300 t.p.a. Estas, somadas às 2.500 t da Redução I, totalizarão 18.800 t. anuais, sendo que a alumina necessária para essa fase será obtida por um aumento da fábrica de alumina de Saramenha, que deverá então fabricar 40 mil toneladas por ano. A ampliação das instalações vem sendo feita e, agora, cuida-se da construção de uma nova fábrica de alumina, além das primeiras salas de fornos de uma nova redução, de número III, em Poços de Caldas, numa inversão calculada em Cr\$ 15 milhões.

### ENERGIA (BARATA) DA CEMIG

O alumínio, produzido por eletrólise, requer o emprego



### Apenas uma Rua

Hoje, apenas uma rua lembra o engenheiro Américo René Giannetti em Saramenha.

de grandes quantidades de energia elétrica. A Aluminas começou gerando sua própria energia mas, hoje vai passando cada vez mais a consumir a energia fornecida, a baixo preço, pela CEMIG. Atualmente, emprega cerca de 40 por cento do total de seu consumo de energia da CEMIG, que lhe fornece cerca de 1/3 de sua produção total, à razão de Cr\$ 1.70 por Kw. hora, inclusive impostos. Este ano, prevê-se o consumo de 40.200 Kw. na indústria e, apesar da empresa ter um plano de instalação de usinas hidrelétricas, seus diretores acreditam que elas não virão, muito provavelmente, a ser feitas, continuando assim a depender, cada vez mais, da CEMIG. De qualquer maneira, as concessões hidrelétricas estão em suas mãos, para as eventualidades.

### CONDIÇÕES DE TRABALHO

Em Saramenha, trabalham cerca de 2 mil operários, recebendo os salários da região ou pouco mais. O trabalho de mineração da bauxita, na superfície e a céu aberto, é todo braçal, não mecanizado, porque a mão-de-obra é barata, não justificando, segundo os diretores da Aluminas, a inversão em máquinas e escavadeiras. A região de Ouro Preto é uma zona dominada pelo subemprego, com grande oferta de mão-de-obra e poucas possibilidades de trabalho. A empresa mantém, numa localidade vizinha, Minas Novas, numa plantação de eucaliptos que fornece lenha para seus fornos, trabalhadores ganhando Cr\$ 150 por dia, assim mesmo quando há trabalho.

A situação dos operários de Saramenha dentro da fábrica é de instabilidade: a empresa não permite ao empregado completar os anos de serviço necessários a garantir sua estabilidade. Além disso, impede que ele se associe num sindicato, a fim de defender seus direitos. 40 operários foram despedidos, certa vez, porque queriam se sindicalizar. Apenas 150 operários da Aluminas fazem parte do Sindicato dos Metalúrgicos de São Julião. Os recursos utilizados para isso vão desde as perseguições e ameaças até os processos mais sutis, como o envolvimento do operário através do capataz e outros serviços. Funciona também na fábrica, pressionando o trabalhador, uma polícia secreta. Fora, apenas uma minoria, geralmente constituída de trabalhadores especializados, tem moradia, enquanto a maioria mora em Ouro Preto, distante 20 minutos de ônibus.



### DIVIDE

A Aluminas divide com o grupo do sr. José Ermirio de Moraes a produção de alumínio no Brasil.

## Nova Fábrica Vai Dar à ALCAN Domínio do Mercado Brasileiro

A ALCOA já tentou, em 1957, a instalação de uma fábrica de 20 mil toneladas para abastecer o mercado nacional. A iniciativa, porém, não foi levada adiante porque seria preciso importar alumina, pois não havia bauxita conhecida na zona indicada, no interior da Bahia, e não era recomendável a instalação de uma fábrica de alumina sem bauxita em quantidade suficiente nas proximidades. Previa-se a importação de alumina da Jamaica nos primeiros anos e, depois, a fábrica se abasteceria em Poços de Caldas. O Governo, no entanto, foi contra a importação de bauxita.

### NOVA INICIATIVA

Em 1961, foi noticiado que um grupo, formado pela ALCOA, fornecendo «know-how», à Hanna, entrando com parte do capital, e a firma Byington, brasileira, participando com as reservas de bauxita da Companhia Geral de Minas, iria instalar em Poços de Caldas uma fábrica de

20 mil toneladas por ano, para suprir o mercado nacional, usando a bauxita da região e a energia da Usina de Furnas, a ser obtida através da CEMIG. A Hanna encarregou-se da prospecção nos terrenos da Byington, verificando a existência de 10 milhões de toneladas de bauxita, e a ALCOA solicitou à CEMIG a quota de 100 mil kw, iniciando as obras em meados deste ano, conforme informou o sr. Paulo Egidio Martins, da empresa americana, por ocasião da realização, na Capital, da VI Conferência de Comércio Exterior, promovida pela Associação Comercial de Minas. Inicialmente, a construção constará de uma nova fábrica de alumina e das primeiras salidas de fornos de uma nova redução, de número III, numa inversão total de Cr\$ 15 bilhões. A instalação da indústria visa suprir o mercado consumidor brasileiro, reduzindo a zero o nosso «deficit» em alumínio, que vem sendo importado, mas vai quebrar o equilíbrio existente entre a CBA e a Aluminas, criando condições para o

domínio pela segunda do mercado brasileiro.

### PREJUÍZOS

A iniciativa vem prejudicar a montagem de uma fábrica de alumínio na região, pelo grupo Barbara-Valdez, dos transformadores de alumínio do Rio e São Paulo, e na região do Sêro, pela família Patruz de Souza, já que não se justifica a instalação de novas indústrias de alumínio para um mercado auto-suficiente. Resta então o recurso da exportação, mas este é de difícil aplicação no caso do Brasil, pois o mercado é competitivo e há, atualmente, no mundo, para um consumo de 4 milhões de toneladas de alumínio, uma disponibilidade de 6 milhões instaladas. O grupo Barbara-Valdez já vem mantendo negociações para o financiamento das máquinas pelo governo polonês, a ser pago com remessas de bauxita, sendo provável ainda a sua associação com a família Patruz de Souza. A inversão total irá a Cr\$ 35 bilhões.



### POUCAS CASAS

Apenas trabalhadores especiali-

zados habitam a vila operária — de poucas casas — de Saramenha.



**A RETIRADA do pedido de estado de sítio — pedido que havia sido encaminhado pelo sr. João Goulart ao Congresso Nacional, no dia 4, sexta-feira — representa o fracasso de uma manobra reacionária, voltada fundamentalmente contra os trabalhadores e as forças democráticas, em geral. Com a frustração dessa manobra, obtiveram as correntes progressistas uma importante vitória, fruto da clarividência, firmeza e unidade com que atuaram.**

Malograda essa tentativa liberticida, surgem naturalmente as indagações: que sentido tiveram, afinal, os episódios do encaminhamento e posterior retirada do pedido de decretação do estado de sítio? Que papel tiveram nelas as forças políticas? Que perspectivas se apresentam agora diante do povo brasileiro?

## Era Contra o Povo

O VERDADEIRO sentido da solitação do estado de sítio está definido nas exposições dirigidas pelos ministros militares e o ministro da Justiça ao presidente da República e por esse encaminhadas ao Congresso como fundamentação de seu pedido. Ao que se sabe, os autores das mensagens foram os ministros pessedistas Abelardo Jurema e Oliveira Brito.

Vejamos o ofício do ministro da Justiça. Depois de algumas considerações gerais acerca do "espírito de concórdia e tolerância" do sr. Goulart, afirma o ministro da Justiça que a "crise político-social vem de atingir índices que ameaçam a própria ordem constitucional". E que índices são esses? Porventura, o agravamento da situação econômica e financeira do País, determinada pela espoliação dos grupos imperialistas e seus associados, ou a estagnação da produção agrícola e a desumana miséria das massas camponesas, decorrentes do latifúndio, ou a sobrevivência de disposições jurídicas irremediavelmente superadas, como a que impede as desapropriações por interesse social e que nega o voto aos soldados e analfabetos, ou a escandalosa interferência estrangeira em nossos assuntos internos, a ponto de se elegerem com recursos do IBAD mais de cem deputados federais ou a recusa do truste lanque Hanna de submeter-se à decisão da Justiça brasileira, ou a intransigência de setores das chamadas "classes produtoras" em atender às reivindicações legítimas e vitais dos trabalhadores? Nada disso.

O pessedista Abelardo Jurema enumera as "suas" causas da crise político-social: "manifestações coletivas de indisciplina, verificadas na Polícia Militar de alguns Estados", "sublevação de graduados e soldados da Aeronáutica e da Marinha de Guerra na própria Capital da República", "atos contrários à disciplina militar praticados por cabos e marinheiros da Guanabara", "reivindicações salariais, que passaram a ser fatores de agravamento da crise", "excessiva radicalização político-ideológica". Para contrabalançar, faz Jurema uma referência a "maus brasileiros, até mesmo investidos das responsabilidades de governantes de Estado (que) passaram a conspirar contra a Nação". Atente-se, porém, para o fato de que, mesmo nesse caso, há como que uma justificativa — de resto, inteiramente falsa — para os que conspiram: são eles "levados pela exacerbação política".

O alvo visado na exposição do pessedista Jurema é o povo. O estado de sítio foi pedido para esmagar as suas lutas ("indisciplina", "sublevação", "reivindicações", etc.). Diz textualmente o ministro da Justiça: "... é indispensável o estabelecimento do estado de sítio para manter a ordem jurídico-constitucional, restaurar a tranquilidade e a própria confiança nos instrumentos legais".

Claramente, não seria possível apresentar o estado de sítio sem atacar com medidas contra conspiradores como Lacerda e Ademar, que ameaçam o Governo a partir de posições da mais intolerante e extrema direita, de posições dos setores sociais mais retrógrados, que não admitem sequer a ideia da mais tímida reforma, e chegam a anunciar a deposição do sr. João Goulart. Não se exclui mesmo a possibilidade de que, em busca de obter o sítio, os setores do Governo nele interessados quisessem mesmo adotar medidas contra os chefes da conspiração golpista. Mas seria apenas um elemento acessório — uma "cobertura", diante de certos setores da opinião pública, para o golpe contra as forças nacionalistas e populares. Lacerda e Ademar poderiam ser "sacrificados", mas os poderes de execução não seriam acionados com o propósito de atingir as bases econômicas e sociais da reação, já que as causas da crise não são nelas identificadas, mas sim na "indisciplina". Ao contrário, o gume se volta mesmo contra o povo — os trabalhadores, os soldados, o movimento nacionalista em geral. O objetivo, em suma, era "restaurar a tranquilidade" — e todos sabemos muito bem o que isso significa na boca

de um reacionário como Abelardo Jurema. A exposição dos ministros militares obedece ao mesmo esquema da exposição de Jurema.

Tudo indica, enfim, que se verificou — e foi frustrada pelo povo — uma reedição da manobra do "comício" de abril na Guanabara.

## Como Foi Derrotada

Para produzir os efeitos desejados, o estado de sítio teria de ser decretado sem perda de tempo, isto é, antes que as forças democráticas pudessem agrupar-se e, mobilizando as massas e todas as correntes progressistas, lançar-se à luta e esmagar a trama reacionária.

Acontece, porém, que a medida de exceção prometida atingir Lacerda e Ademar, assustando desse modo forças do campo reacionário. Outra manobra, então, foi posta em prática, já na Câmara, sob a inspiração e o comando da cúpula pessedista: o estado de sítio seria concedido, mas somente depois de expurgado do texto da lei qualquer dispositivo que não servisse, explicitamente, apenas para a repressão contra o movimento operário e as correntes nacionalistas. Nada de "concessões", nada de atingir Lacerda, nada que pudesse constituir uma possibilidade de ameaça aos verdadeiros responsáveis pela crise. Foi precisamente para encontrar essa fórmula que a maioria da Câmara pediu um prazo de 48 horas à Comissão de Justiça. Entretanto, sem que fosse preciso esgotar-se esse prazo foi a fórmula mágica encontrada — um desses artificios em que são doutores os sobas do PSD.

Coube ao pessedista Vieira de Melo apadrinhar, com

desto fixando a sua posição e exortando as forças populares a uma intervenção decisiva para impedir que viesse a ser decretado o sítio. Na véspera, na sessão matutina da Câmara, o deputado Marco Antônio pronunciou um discurso condenando a iniciativa do pedido de sítio e esclarecendo não ser necessária essa medida odiosa para esmagar a conspiração chefiada por Lacerda e Ademar.

Seguiram-se a esse pronunciamento as manifestações de todas as organizações representativas do movimento sindical, camponês e estudantil, assim como de personalidades políticas identificadas com a causa da democracia e do nacionalismo. O Comando Geral dos Trabalhadores, em incial manifesto, adverte os trabalhadores de todo o País para se manterem em estado de alerta, prontos para atender à palavra de ordem de greve geral, se o desdobramento da situação o exigisse. Em seu manifesto o CGT condena o estado de sítio, reitera o apoio dos trabalhadores "às medidas que o governo federal venha a tomar contra os conspiradores ligados aos interesses estrangeiros chefiados pelos governadores Ademar e Carlos Lacerda" e insiste na necessidade da aplicação pelo governo Goulart de uma nova política, rompendo com a conciliação: "O que o povo e os trabalhadores defendem são medidas concretas contra o imperialismo e o latifúndio e seus agentes internos. Exigimos a luta contra a inflação e o alto custo de vida que asfixia o povo, a realização imediata de todas as demais reformas constantes de nossa plataforma de reivindicações".

No dia seguinte, depois de prolongadas discussões, a Frente de Mobilização Popular lança uma mensagem, definindo "uma posição comum das forças populares, ante a crise que o País atravessa": condenação à tentativa de implantação de estado de sítio e manutenção das liberdades democráticas, libertação dos sargentos e soldados, reformas de base e programa democrático e nacionalista de governo. "É a única saída do governo" — diz a mensagem da FMP.

As organizações centrais dos estudantes — UNE e UBES — lançam igualmente manifestos com idêntico conteúdo, pondo em estado de alerta o movimento estudantil em todo o País.

do Congresso esboçaram um movimento de oposição à retirada do pedido de sítio, com o qual se haviam comprometido através do substitutivo Vieira de Melo. A manobra não surtiu efeito e o pedido teve mesmo de ser retirado, contra o desejo dos Tancredo Neves, Marliângela Rodrigues e Guerreiro Ramos.

A frustração da ameaça liberticida constituiu uma importantíssima vitória das forças nacionalistas e populares. Ficou demonstrado que são essas forças os intérpretes autênticos da vontade do povo, das aspirações nacionais. Desde o primeiro instante, as correntes democráticas identificaram no pedido de sítio uma armadilha contra o povo, dirigindo à Nação uma denúncia em termos que permitiram a mobilização, pode-se dizer instantânea, da opinião pública. Ficou demonstrado, ainda que, uma vez mobilizadas e atuando com firmeza, clarividência e coesão, as forças nacionalistas e populares têm condições de paralisar as manobras de cúpula contra o povo, mesmo quando apresentadas sob aparências enganadoras. Ficou demonstrado, também, que as tentativas "centristas" de atingir conspiradores como Lacerda e Ademar atingindo, ao mesmo tempo, e fundamentalmente, as forças que lutam pela emancipação econômica e a renovação democrática do País estão condenadas ao fracasso. O caminho para fazer face à conspiração entregulista não pode ser outro senão o caminho da mobilização e participação ampla das massas populares e das correntes nacionalistas, representadas por suas entidades autênticas, como o CGT, a FMP, a ULTAB, a FPN, a UNF, a UBES e mais organizações democráticas. Ficou demonstrado, finalmente, que não pode ser mais adiada pelo Governo, e pessoalmente, pelo sr. João Goulart a adoção de uma política clara e consequente no sentido das reformas de base, da luta contra a espoliação imperialista, da consolidação e ampliação das liberdades democráticas para o povo.

## E Agora?

MILHÕES de brasileiros fazem hoje esta pergunta. O estado de sítio foi afastado, nesse dramático episódio. Estamos, sem dúvida, diante de uma grande vitória das forças democráticas. Mas isso é tudo? Que fazer para evitar que episódios semelhantes, e certamente mais graves, se repitam nas próximas semanas?

Esse tema — e agora? — vem sendo encarado de diferentes maneiras, segundo os interesses em jogo. Segundo "O Globo", por exemplo, o que é preciso fazer, com sítio ou sem sítio, é esmagar as forças democráticas para tornar "tranquila" a vida dos espoliadores imperialistas e dos latifundiários. O "Estado de São Paulo" é mais atrevido e conclui o seu editorial de terça-feira declarando, abertamente, que o dever dos chefes militares é depor o presidente da República, através de um golpe como os de outubro de 1945 e agosto de 1954. Do ponto de vista da "Última Hora", resultante de uma evidente escamoteação da realidade, verifica-se um avanço das "extremas", que precisa ser contido mediante as reformas de tonalidade "centrista" — quando o que há, de fato, é o rotundo fracasso do tal "centrismo" (isto é, a conciliação com os inimigos do Brasil e do povo) e a exigência nacional, e não de um "extremo", para que sejam efetivamente encarados e resolvidos os problemas do País e do povo.

A resposta certa à pergunta — e agora? — é a dada pelas forças nacionalistas e populares. Há uma conspiração estrangeira no País, e à sua frente estão Lacerda e Ademar. Essa denúncia vem sendo feita há muito tempo pelos nacionalistas. Contra ela é necessário lançar mão de medidas as mais energéticas, que terão o apoio maciço do povo. Mas isso não pode ser desligado da luta contra as causas, as bases, as raízes da conspiração, que se encontram, não nas greves e "indisciplinas" como dizia o pessedista Jurema, mas nos grupos imperialistas que nos espoliam, no latifúndio que faz do direito de propriedade um cruel privilégio, na especulação dos negociantes, na inflação que exaure os salários e condena à miséria a esmagadora maioria de nosso povo. O esmagamento da conspiração entregulista está inseparavelmente vinculado, está mesmo condicionado, a essa luta e, portanto, à adoção de uma política que se oriente, com clareza e determinação, no sentido de emancipar o Brasil da dependência imperialista, de promover as reformas de estrutura, de ampliar a democracia para o povo. Essa política exige, por sua vez, que o Governo rompa os compromissos com as forças da reação e se volte, resolutamente, para as forças do progresso, para o povo.

Esse, precisamente, é o sentido da palavra de ordem que NOVOS RUMOS apresentou em seu editorial de terça-feira: *novo governo e nova política*. Diziamos nesse editorial: "A solução dos problemas nacionais exige atos concretos do Governo em benefício do povo. Exige medidas efetivas contra a espoliação e a escravidão do latifúndio. Os representantes desses criminosos interesses serão, assim, atingidos. Assim se combaterá, realmente, a minoria privilegiada e retrógrada, que engorda à custa dos sofrimentos e das privações da esmagadora maioria da Nação. E será agindo dessa maneira que o Governo contará com o apoio decidido do povo para esmagar a conspiração reacionária e entregulista".

Esse é o significado do manifesto lançado pelo CGT, após a retirada do projeto de estado de sítio. Depois de aplaudir a atitude do sr. João Goulart, "por ter sido, mais uma vez, sensível à manifestação do povo", o Comando Geral dos Trabalhadores mostra que se impõe a necessidade da recomposição do Ministério e da chefia dos órgãos que executam a política do Governo, colocando-o em condições de tomar concretamente o rumo das reformas de base e da emancipação nacional.

Essa é uma verdade tão clara como a água. Não é com uma política de concessões ao imperialismo, apoiada pelas velhas raposas do PSD, que será extirpada a crise. Ao contrário: os fatos mostram que isso só leva ao agravamento. Nem e com um Ministério em que pontificam reacionários como Abelardo Jurema e que tem em postos-chave da política econômico-financeira — SUMOC, CACEX, Banco do Brasil, etc. — empedernidos entregulistas que se poderá levar à prática uma orientação progressista e emancipadora.

Essa é uma nova batalha. A reação, derrotada no episódio do sítio, já se lança a uma furiosa contra-ofensiva. Querem transformar um suposto atentado a Lacerda em uma "República do Galeão". Os setores da conciliação voltam à carga, por sua vez, insistindo em que se prossiga em sua ruína política. As forças nacionalistas e populares cabe a grandiosa missão de vencer também essa batalha. Para isso precisam estar ainda mais vigilantes, mais coesas, mais lúcidas e mais decididas.



relator da Comissão de Justiça da Câmara, a tal fórmula. O projeto encaminhado pelo presidente da República foi inquinado de inconstitucional, e sob essa alegação se retirou do seu texto tudo o que parecia dúbio e que pudesse autorizar a adoção de medidas contra Lacerda, permanecendo e sendo "aperfeiçoados" no entanto, no substitutivo Vieira de Melo, aprovado pela Comissão, os "remédios" para reprimir as lutas reivindicatórias dos trabalhadores e o movimento patriótico. Em seu relatório, o deputado Vieira de Melo, mencionou a necessidade de o Governo incluir no decreto a suspensão do direito de greve; apontou como passíveis de repressão as campanhas "a propósito das reformas de base"; recomendou a ação, não contra Lacerda, mas sob cavilosas insinuações, contra Miguel Arraes; justificou o esmagamento das lutas patrióticas do povo, por ele definidas como "processo político radical (...) a sombra de mal disfarçados propósitos nacionalistas", etc..

Aparentemente, essa seria uma variante "tolerável" — em todo caso, "amenizada" — do estado de sítio. O que ela representava, porém, era uma jogada para tornar absolutamente claras as coisas: o estado de sítio não podia ser senão contra o povo.

Isso foi imediatamente compreendido pelos mais autorizados porta-vozes da reação como "O Globo". Em seu editorial de sábado, dia 5 o vespertino da embalagem americana afirma categoricamente seu apoio à exposição de motivos dos ministros, com exceção apenas do trecho que se refere a Lacerda. "É aqui, apenas aqui, que discordamos dos motivos citados pelos Ministros da Guerra, Marinha e Aeronáutica para justificar o pedido de sítio". E mais: "... queremos que o presidente, cumpra o seu mandato até o último dia, mas atuando, energeticamente, para soffrar as esquerdas, restaurar a ordem e estimular o trabalho". "O Globo" torcia pelo estado de sítio — mas que ele não contivesse nenhuma possibilidade de desviar, mesmo episódicamente, o ataque contra a "esquerda", isto é, contra o povo, contra os patriotas.

Ainda antes, porém, de se tornar pública essa manobra, com a publicação do relatório e substitutivo Vieira de Melo, as forças democráticas estavam mobilizadas e em luta contra o estado de sítio. Dando uma formidável demonstração de segurança política, de capacidade de mobilização e de unidade, as correntes nacionalistas e populares denunciaram ao País a grave ameaça do estado de sítio e galvanizaram a opinião pública no protesto contra a tentativa reacionária em curso.

Já no sábado, dia 5, através de NOVOS RUMOS, circulando em edição extra, os comunistas lançavam um manifi-

Personalidades da frente nacionalista como o governador Miguel Arraes, os deputados Leonel Brizola, Almino Afonso e Sérgio Magalhães dirigem-se ao povo brasileiro, mostrando-lhe a gravidade da situação e advertindo-o para a necessidade de resistir e lutar.

Sindicatos de trabalhadores de todo o País e inúmeras organizações populares pronunciam-se energeticamente contra a ameaça do sítio. Os ferroviários da Leopoldina anunciam uma greve de advertência, e a realizaram segunda-feira, das 11 às 14 horas.

## Jango Cede à Pressão

A poderosa pressão popular fez-se sentir sobre o sr. João Goulart. Domingo, dia 6, o presidente da República reuniu-se com uma delegação da Frente de Mobilização Popular, representando as diversas organizações do movimento nacionalista, sindical e estudantil. Foi um demorado e franco debate, encerrado com a promessa de JG de que, atendendo à vontade popular, iria retirar do Congresso o pedido de decretação do estado de sítio, assim como imprimir uma orientação ao seu Governo, de acordo com as reivindicações formuladas pelas forças nacionalistas.

Já no domingo à noite, após reunir-se o sr. Goulart com os ministros militares e o ministro da Justiça, decidiu o Governo solicitar do Congresso a retirada da mensagem do sítio. Os chefes das pastas militares e o sr. Jurema fariam novas exposições, justificando essa atitude. No mesmo dia, em Brasília, o líder da bancada do PTB, deputado Bocaliúna Cunha, anunciou em nota oficial que o PTB decidiu "reavaliar a posição do partido", em face do caráter reacionário que teria a aprovação do estado de sítio.

Efetivamente, segunda-feira pela manhã era entregue à Câmara a nova mensagem do presidente da República. A cúpula pessedista e outros agrupamentos reacionários

**NOVOS RUMOS**